

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 da BRK AMBIENTAL – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.

utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. 2.15. **Provisões:** As provisões para ações judiciais, arbitrais, cíveis e tributárias são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que o valor de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor a ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser realizados para liquidar a obrigação, considerando o custo de oportunidade, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. 2.16. **Capital social:** As ações ordinárias e as preferências são classificadas no patrimônio líquido de acordo com a Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis a emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. 2.17. **Benefícios a empregados. (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de previdência complementar. Uma vez que a entidade fechada de previdência complementar é uma sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contribuições da patrocinadora e pelo resultado das investimentos. (b) **Outros benefícios pós-emprego:** A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de aplicação individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do benefício e seu custo atualizado ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuariais que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente e atualiza a avaliação realizada por atuários independentes e, as remunerações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorrem. (c) **Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo é uma despesa de participação de empregados no resultado líquido, quando a prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e a avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. 2.18. **Provisão para impostos:** A Companhia reconhece as obrigações com impostos de acordo com as normas internacionais de contabilidade das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o plano de atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 05 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. A Companhia não reconhece os benefícios concedidos para arrendamentos relacionados a Covid-19, portanto a aplicação do CPC 06 (R2) não é aplicável para a Companhia. 2.19. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 50 – Contratos de seguro: Em maio de 2017, o CPC emitiu o CPC 50 – Contratos de Seguro, uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substitui o CPC 1 – Contrato de Seguro, emitida em 2003. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como seguro de vida, elementos representando seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente em sua aplicação. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade aplicar o CPC 50 em 31 de dezembro de 2022, ou antes da data de adoção inicial do CPC 50. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao CPC 26. Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 19 a 18 do CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente, se aplicável. Alterações ao CPC 23. Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o CPC emitiu alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a definição de estimativa contábil, as estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 28 (R1). Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o CPC emitiu alterações ao CPC 28 (R1), no qual introduz a definição de "políticas contábeis" e aplica o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adcionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 (R1) são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações fornecem guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação

	2022	2021			
Emprestimos e financiamentos (Nota 11.1)	108.931	26.094			
Debitures (Nota 11.3)	1.031	2.021			
Passivo de arrendamento (Nota 11.2)	(15.818)	(1.807)			
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(1.353)	(3.281)			
Divida liquida	92.791	23.047			
Total do patrimonio liquido	167.188	152.319			
Índice de alavancagem financeira - %	59%	15%			
4.3. Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:					
Ativos financeiros pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	15.818	15.818	1.807	1.807	
Fundos restritos (Nota 2.3)	1.353	1.353	3.281	3.281	
Contas a receber, liquidas (Nota 6)	26.162	26.162	24.954	24.954	
Depósitos judiciais	1.181	1.181	792	762	
Outros passivos	44.514	44.514	30.784	30.784	
Passivos financeiros pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Fornecedores (Nota 10)	(3.308)	(3.308)	(3.321)	(3.321)	
Emprestimos e financiamentos (Nota 11.1)	(108.931)	(118.145)	(26.094)	(26.094)	
Passivo de arrendamento (Nota 11.2)	(1.031)	(1.031)	(2.021)	(2.021)	
Partes relacionadas (Nota 13)	(1.885)	(1.885)	(1.844)	(1.844)	
Outros passivos	(4.010)	(4.010)	(3.993)	(3.993)	
Total	(118.943)	(128.157)	(37.993)	(37.993)	
4.4. Estimativa do valor justo: Caixa, equivalentes de caixa e depósitos bancários, fundos de investimentos e operações compromissadas, remunerados mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Presupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes, estejam próximos de seus valores reais. O saldo mantido com partes relacionadas do passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 13. Os financiamentos de longo prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente as taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da B3. A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os empréstimos, financiamentos e debêntures estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo.					
5. Caixa e equivalentes de caixa					
Bancos conta movimento	15.410	1.295			
Aplicações financeiras (i)	15.818	1.807			
Total	31.228	3.102			
(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), fundos de investimento e operações compromissadas predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada do rendimento das aplicações do período de janeiro a dezembro de 2022 de 90,50% (a.Valor - Certificado de Depósito Interbancário (2021) - 63,60% do CDI).					
6. Contas a receber, liquidas					
Contas a receber de clientes	25.234	24.822			
Clientes públicos e privados (i)	3.222	3.151			
Energia elétrica	2.269	2.319			
Perdas de créditos esperadas	(26.182)	(24.954)			
Total	24.543	23.338			
(-) Circulante	(24.543)	(23.338)			
Não circulante	2.122	1.585			
(i) O saldo refere-se à prestação de serviço de saneamento básico cobrado diretamente dos usuários no Município de Cachoeiro de Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. Todas as contas a receber e direitos a faturar da Companhia são denominadas em reais e estão representadas líquidas de provisões para perdas de créditos esperadas. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:					
	2022	2021			
A vencer	11.963	13.176			
Vencidos	3.753	3.030			
Até 30 dias	1.198	1.139			
De 31 a 90 dias	1.583	1.317			
De 91 a 180 dias	345	586			
Mais de 180 dias	1.167	3.491			
Valores a faturar	22.227	3.491			
Contas a receber de clientes	27.230	21.738			
Provisões para perdas de créditos esperadas	(3.128)	(212)			
Direitos a faturar	3.064	3.064			
Total	26.162	24.954			
A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia e a seguinte:					
	2022	2021			
Saldo no início do exercício	15.520	4.453			
(+) Adições	9.240	11.924			
(-) Transferências - ativo intangível	(20.188)	(1.250)			
Saldo no final do exercício	4.612	15.520			
O saldo refere-se à construção de infraestrutura para prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário, com prazo de conclusão até dezembro de 2023.					
8. Ativo de direito de uso					
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total		
Custo de aquisição	518	1.115	1.633		
Saldo inicial em 1º/01/2021	1.489	994	2.483		
Adições	(12)	(845)	(857)		
Saldo final em 31/12/2021	1.994	1.234	3.228		
Amortização	(83)	(649)	(732)		
Saldo inicial em 1º/01/2022	(386)	(321)	(707)		
Amortização	125	125	250		
Saldo final em 31/12/2022	(469)	(845)	(1.314)		
Valor contábil líquido	1.525	389	1.914		
Custo de aquisição	1.994	1.234	3.228		
Saldo inicial em 1º/01/2022	169	328	497		
Adições	(272)	(102)	(374)		
Saldo final em 31/12/2022	1.938	1.231	3.227		
Amortização	(469)	(845)	(1.314)		
Saldo inicial em 1º/01/2022	(687)	(335)	(1.022)		
Amortização	22	22	44		
Saldo final em 31/12/2022	(1.156)	(1.158)	(2.314)		
Valor contábil líquido	782	73	855		
Vida útil (anos)	3 a 5	2 a 5			
9. Intangível					
	Sistema de água	Direito de concessão	Total		
Custo de aquisição	226.838	33.503	258.339		
Saldo inicial em 1º/01/2021	872	872	1.701		
Adições	(71)	(71)	(142)		
Transferências - ativos de contrato	1.280	1,280	2.560		
Saldo final em 31/12/2021	226.917	33.503	260.420		
Amortização acumulada	(69.126)	(11.060)	(80.186)		
Saldo inicial em 1º/01/2022	(221)	(221)	(442)		
Amortização	(6.628)	(816)	(7.444)		
Outras transferências	(221)	(221)	(442)		
Saldo final em 31/12/2022	(105.975)	(11.882)	(117.857)		
Valor contábil líquido	120.942	21.621	142.563		
Custo de aquisição	226.917	33.503	260.420		
Saldo inicial em 1º/01/2022	367	367	(10)		
Adições	(10)	(10)	(20)		
Transferências - ativos de contrato	20	20	40		
Saldo final em 31/12/2022	247.447	33.503	280.950		
Amortização acumulada	(105.975)	(11.882)	(117.857)		
Saldo inicial em 1º/01/2022	(6.504)	(816)	(7.320)		
Amortização	4	4	8		
Saldo final em 31/12/2022	(117.424)	(11.882)	(129.306)		
Valor contábil líquido	130.023	20.821	150.844		
Vida útil (anos)	5 a 30	30			
10. Fornecedores: A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.					
	2022	2021			
Aquisição de infraestrutura	349	922			
Serviços e materiais para operação	2.809	2.363			
Retenções contratuais	88	46			
Total	3.306	3.321			
11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento. 11.1. Empréstimos e financiamentos. (a) Composição:					
	2022	2021			
Modalidade					
Estruturado	108.931	26.094			
Total	108.931	26.094			
Circulante	108.931	26.094			
Não circulante	12.238	12.238			
Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia liquidou os financiamentos junto ao BNDES, com vencimentos em janeiro de 2025, maio e junho de 2027.					
(b) Movimentação					
	2022	2021			
Saldo no início do exercício	26.094	39.264			
(*) Adição de juros	1.096	2.865			
(-) Amortização de principal	(20.192)	(12.317)			
(-) Amortização de juros	(1.888)	(3.718)			
Saldo no final do exercício	26.094	39.264			
11.2. Passivo de arrendamento. (a) Composição					
	2022	2021			
Modalidade					
Passivo de arrendamento	1.031	2.021			
Circulante	501	770			
Não circulante	530	1.251			
Total	1.031	2.021			
As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: veículos e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 18,29% e 19,56%. O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contém transações com a parte relacionada Curo Verde Locação e Serviços S.A. ("Curo Verde") no montante de R\$ 400 (2021 - R\$ 1.100).					
(b) Movimentação					
	2022	2021			
Saldo no início do exercício	2.021	817			
(*) Adição de principal	328	2.452			
(-) Remunerações	(326)	(969)			
(-) Amortização de principal	(1.231)	(1.012)			
(*) Amortização de AVP	235	358			
Saldo no final do exercício	1.031	2.021			
(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:					
	2022	2021			
2024	530	1.251			
2025	183	183			
2026	318	587			
Total	1.031	2.021			
11.3. Debêntures. (a) Composição					
	Encargos mensais	Vencimentos	Custos de transação	Saldo dos custos apropriados	
Modalidade	16,37%	dez/2029	1.217	(1.203)	110.134
Estruturado					
(-) Custos de transação				(1.203)	
Total			1.217	(1.203)	108.931
Total do de débito					134
Curto prazo					134
Total de de débito longo prazo					110.000
(-) Custo de transação				(1.203)	
Não circulante					108.797
Total					108.931
Em 15 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, sendo a 1ª série emitida no montante de R\$ 110.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2029. (b) Movimentação					
	2022	2021			
Saldo no início do exercício	110.000	110.000			
(+) Novas emissões	134	134			
(-) Encargos financeiros	(134)	(134)			
(-) Adição de custo de transação	(1.217)	(1,217)			
(*) Amortização de custo de transação	14	14			
Saldo no final do exercício	108.931	108.931			
(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:					
	2022	2021			
2025	15.521	15.521			
2026	18.469	18.469			
2027	21.799	21.799			
2028	23.969	23.969			
2029	29.544	29.544			
Total	108.727	108.727			
(d) Garantias: A garantia da 1ª emissão de debêntures inclui: garantia fiduciária da Sadora BRK Ambiental, alienação fiduciária de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos (i) da concessão, (ii) da conta centralizadora, dos (iii) seguros contratados no âmbito da concessão.					
12. Salários e encargos					
	2022	2021			
Benefícios	64	7			
Obrigações sociais	808	694			
Provisões de férias	1.586	1.305			
Participação sobre os lucros (i) (Nota 2.17 (c))	2.021	1.747			
Total	4.485	3.213			
(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.					
13. Partes relacionadas					
	Passivo não circulante	Resultados operacionais	Resultado financeiro		
Mútuo (i)	2022	2021	2022	2021	
BRK Ambiental - Ativos Maduros S.A.	1.685	1.844	(9.323)	(8.188)	
Demais partes relacionadas (ii)				(83)	
BRK Ambiental (i)	1.685	1.844	(9.323)	(8.188)	
Total	1.685	1.844	(9.323)	(8.188)	

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 da BRK AMBIENTAL - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM S.A.

(i) O controle de fluxo representa transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures desta controlada. (ii) Refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado. (a) Passivo de arrendamento partes relacionadas: O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas CUR Verde Locação e Serviços S.A. no montante de R\$ 400 (2021 - R\$ 1.100), com vencimento em maio/2024 a ago/2024. (b) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: (a) Composição, movimento e expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. Composição no balanço patrimonial (não circulante) 2022 (R\$ 874) 2021 (R\$ 880) Passivo diferido

Ativo de imposto diferido	2022	2021
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	951	951
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:		
2022	951	
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(9.825)	(9.825)
Expectativa de liquidação do passivo diferido é como segue:		
2022		
2027	(1.294)	
2028	(2.026)	
2029	(2.194)	
2030	(2.183)	
2031	(18.828)	
	(18.828)	

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revistas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Reconhecido na demonstração do resultado líquido	Reconhecido na demonstração do patrimônio líquido	Outros	2022	2021
Ativo fiscal diferido					
Provisões	976	(125)		851	851
Lei 9.968 - Obrigações com benefícios pós-emprego	12	19	(26)	3	3
Total ativo fiscal diferido	988	(106)	(26)	854	854
Passivo fiscal diferido					
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(968)	106	26	(854)	(854)
Ativo líquido diferido					
Receita e custo de construção	(781)	(48)		(829)	(829)
Capitalização de juros (CPC 08)	(1.576)	80		(1.518)	(1.518)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei 12.973	(7.368)	217		(7.351)	(7.351)
Arrendamento CPC 06	(17)	(18)		(35)	(35)
Total ativo líquido diferido	(9.944)	210		(9.734)	(9.734)
Compensação CPC 32 (IAS 12)	968	(106)	26	854	854
	(9.828)	104	(26)	(9.828)	(9.828)
Ativo líquido diferido					
Provisões	851	100		951	951
Lei 9.968 - Obrigações com benefícios pós-emprego	3	12	(15)	3	3
Total ativo líquido diferido	854	112	(15)	951	951
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(854)	(112)	15	(951)	(951)
Passivo líquido diferido					
Receita e custo de construção	(829)	(20)		(849)	(849)
Capitalização de juros (CPC 08)	(1.518)	(349)		(1.867)	(1.867)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei 12.973	(7.361)	277		(7.074)	(7.074)
Arrendamento CPC 06	(36)	1		(35)	(35)
Total ativo líquido diferido	(9.734)	(91)		(9.825)	(9.825)
Compensação CPC 32 (IAS 12)	854	112	(15)	951	951
	(8.880)	21	(15)	(8.874)	(8.874)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras
Acs Administradoras e Acionistas da BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A.
Cachoeiro de Itapemirim - ES. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as respectivas notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas, estão descritas na seção "Seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles relativos ao assunto abaixo, forneceram a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Infraestrutura de concessão:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém registrados saldos de ativos de contrato e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 7 e 9, com os montantes de R\$4.610 mil e R\$134.987 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura de concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são reconhecidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão contempla o método de custo acrescido de margem, em atendimento à interpretação Técnica ICPD 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, e a atri-

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. (b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor técnico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:	2022	2021
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	42.594	35.655
Ajusta nominal	348	348
IR e CS à alíquota nominal	(14.482)	(12.123)
Incentivos fiscais	401	416
Doações	(163)	
Multas	(2)	(209)
Outros	(140)	(209)
Despesa de IR e CS	(14.328)	(11.913)
Comprovação do IR e da CS:		
IR e CS correntes	(14.347)	(12.017)
IR e CS diferidos	21	104
Despesa de IR e CS	(14.328)	(11.913)
Alíquota efetiva	33,83%	35,41%

15. Provisões para contingências: As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Recursos civis	Riscos trabalhistas e previdenciários	Total
Em 1º de janeiro de 2021	37	289	326
(*) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	167	40	207
(-) Reversões decorrentes de renúncia e valores não usados, estornados	(14)	(14)	(28)
(-) Pagamentos	(146)	(146)	(292)
Em 31 de dezembro de 2021	44	309	373
(*) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	96	29	127
(-) Reversões decorrentes de renúncia e valores não usados, estornados	(22)	(22)	(44)
(-) Pagamentos	(88)	(68)	(156)
Em 31 de dezembro de 2022	92	358	450

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhista e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda e mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. (a) **Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia e parte envolvida em outros processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante instâncias tributárias, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. **Processos de natureza civil** - Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidades imobiliárias e ações que dispõem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e previdenciárias no montante de R\$ 2.560 (2021 - R\$ 1.453), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas inadimplidas não admitidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais no montante de R\$ 591 (2021 - R\$ 541), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, a cobrança de tributos, questionados em virtude da discordância quanto a atuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 287 (2021 - R\$ 287), representado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado lado sobre tributos recebidos de forma contínua, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que depararam de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte. Em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022 e conseqüentemente não possui aplicação direta ou reflexa na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022 e conseqüentemente não possui aplicação direta ou reflexa na Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022. **Processos de natureza ambiental** - Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações do fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 11 (2021 - R\$ 5), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas à não cumprimento de termo de compromisso de controle e preservação ambiental, cujo resultado jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2022	2021
Reclamações civis	2.560	1.453
Trabalhistas	591	541
Tributárias	287	287
Ambiental	11	5
Total	3.449	2.286

16. Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego: Os elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. O monitoramento deste assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e a mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos. Como nossa auditoria tratou o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros, o entendimento do processo, riscos e controles implementados pela diretoria, relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão. Testes de controles internos relacionados à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, incluindo o cálculo de custo acrescido da margem; e testes de controles internos relacionados ao ambiente geral de controles de tecnologia de informação, incluindo os controles sobre o acesso e alterações aos sistemas e seus dados. • **Teste amostral dos gastos incorridos e capitalizados durante o exercício de 2022, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção;** • **Cálculo das amortizações e da margem de construção reconhecidas no exercício de 2022 e comparação do resultado desses cálculos com os saldos registrados na contabilidade.** Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização como custo da infraestrutura da concessão, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 7 e 9, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria e responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

(i) Premissas atuariais	2022	2021
Taxa de desconto - taxa real (NTN-D)	6,40% a.a.	5,30% a.a.
Taxa de inflação	4,25% a.a.	3,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos
(ii) Movimento	2022	2021
Saldo no início do exercício	8	37
(+) Adição de principal	35	50
(-) Redução de principal	1	3
(-) Remuneração de ganhos (perdas) reconhecidos em outros resultados abrangentes	(44)	(82)
Saldo no final do exercício	8	8

17. Patrimônio líquido, (a) Capital social						
% de participação	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Capital social						
BRK Ativos	100,00	100,00	81.742	61.742	3.403.223	3.403.223
Maduros						
(b) Reserva de capital: A Companhia mantém registrada reserva oriunda do aporte em seu capital social realizado em 25 de setembro de 2019. (c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (d) Reserva de lucros: A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76. (e) Dividendos: Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações. Em 27 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 8.000, oriundos da conta de reservas lucros de períodos anteriores. Em 28 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 43.554, oriundos da conta de reservas lucros de períodos anteriores. Em 28 de dezembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 25.336, provenientes do resultado líquido do exercício de 2022. Ao longo de 2022, a Companhia pagou o valor de R\$ 95.842, referente aos dividendos provisionados de exercícios anteriores. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Em 31 de dezembro de 2022, não houve a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro após a constituição da reserva legal.						

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	28.268	23.742
Constituição de reserva de lucros		
Legal - 5%	(1.413)	(1.187)
Lucro ajustado	26.855	22.555
Dividendos mínimos obrigatórios	(5.830)	(5.830)
Porcentagem dos dividendos propostos sobre lucro líquido do exercício, ajustado	0%	25%
(f) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.		
	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	28.268	23.742
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	3.403	3.403
Lucro básico por ação	8,31	6,96

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. (g) **Ajuste de preço do patrimônio líquido:** Em função do início da vigência da nova aplicação do plano de saúde ter ocorrido em dezembro de 2018, os ganhos e perdas decorrentes da avaliação inicial das obrigações com benefícios pós-emprego foram reconhecidas no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes, para o exercício de 2022 foi realizada a remuneração através de avaliação realizada por atores independentes, as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços.

18. Resultado do exercício, (a) Receita: A reconciliação da receita bruta é a seguinte:	2022	2021
Receita de água	68.822	61.381
Receita de energia	59.329	45.329
Receita de vendas	4.092	6.803
Receita de construção	9.487	12.050
Outros serviços	1.589	799
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(13.827)	(127.382)
Abatimentos e cancelamentos	(11.361)	(10.456)
	(1.304)	(1.525)
	121.142	115.381

(b) Despesa por natureza	2022	2021
Classificadas por natureza:		
Custo de construção (i)	(9.207)	(12.695)
Pessoal		
Remunerações	(13.466)	(11.382)
Encargos sociais e trabalhistas	(4.156)	(3.184)
Benefícios	(8.197)	(5.114)
	(23.819)	(19.600)
Outros	(5.157)	(4.695)
Serviços		
Aluguéis e condomínios	(4.056)	(3.661)
Energia elétrica	(7.755)	(9.512)
Manutenções	(2.466)	(1.287)
Auditorias, consultorias e assessorias	(951)	(839)
Serviços pessoa física e jurídica	(2.202)	(4.193)
Outros	(1.287)	(1.013)
	(18.740)	(20.505)
Tributos, taxas e contribuições	(4.888)	(4.490)
Partes relacionadas (Nota 13)	(9.323)	(6.188)
Depreciação e amortização	(8.342)	(6.151)
(+) Crédito Plu/Colins dos custos operacionais	692	452
Viagens	(155)	(209)
Perdas de créditos esperadas	(277)	(190)
Outras	2.993	1.481
	(78.313)	(78.650)

Classificadas por função:	2022	2021
Custo dos serviços prestados e vendas	(55.464)	(50.519)
Gerais e administrativas	(24.704)	(20.030)
Outras receitas (despesas), líquidas	3.855	2.699
	(78.313)	(78.650)

(j) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato. (c) **Resultado financeiro**

Receitas financeiras	2022	2021
Rendimentos de aplicações financeiras	613	208
Variações monetárias	18	36
Descontos condicionais obtidos	1	43
Juros e multa sobre atraso de pagamento	1.793	2.185
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(113)	(115)
Outras	2	4
	2.316	2.361

Despesas financeiras	2022	2021
Juros e variações monetárias	(2.134)	(2.830)
Partes relacionadas	(83)	
Ajuste a valor presente	(235)	(358)
Multa por atraso de pagamento	(31)	(130)
Juros obrigações com benefícios pós-emprego	(1)	(3)
Descontos concedidos	(920)	(1.109)
Outras	(1.136)	(807)
	(4.549)	(5.237)
	(2.235)	(2.876)

19. Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratadas na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de riscos e instalações, garantias dos contratos assinados, referente à prestação de serviços, além de cobertura de garantia de contrato de concessão para responsabilidade civil, risco ambiental, riscos de engenharia, riscos operacionais e veículos, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2022	2021
Garantia de contrato	2.725	2.199
Responsabilidade civil	50.000	50.000
Risco ambiental	130.000	130.000
Risco de engenharia	13.709	7.282
Riscos operacionais	314.265	400.000
Veículos	250	250

20. Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa): No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	2022	2021
Total de adições dos ativos de contrato e intangível (Nota 7 e 9)		8.816
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)		383
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa		9.999
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Fornecedores a pagar	573	
Margem de construção do exercício	(180)	
Total	383	

21. Evento subsequente, (a) Emissão de debêntures: Em 10 de fevereiro de 2023, a controlada indireta Cachoeiro concretizou a 2ª série das debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em 15 de janeiro de 2023, no montante de R\$ 30.000 com vencimento em 15 de dezembro de 2029.

DIRETORIA:
Marcos Roberto Mendanha Nogueira
José Roberto Penaforte Viana Filho

Contador:
Adelmo da Silva de Oliveira - CRC/BA.02835/O-6

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • **Objetivos** entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • **Análisis** a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • **Concluímos** sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • **Avaliamos** a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, desta maneira, constituí o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento